

# Apresentação

## *Presentation*

---

Abrimos o presente número da revista *Conjectura: filosofia e educação*, com o texto de Marcos Alexandre Alves intitulado *A fenomenologia heideggeriana e a diferença de princípio entre filosofia e ciência*. No referido texto, o autor examina, em âmbito fenomenológico, as categorias da experiência fática da vida e do fenômeno histórico, a partir da primeira parte da preleção “Introdução à fenomenologia da religião”, proferida por Martin Heidegger; elucida a peculiaridade dos conceitos filosóficos e a diferença de princípio que há entre filosofia e ciência; apresenta a reelaboração do método fenomenológico, enquanto ponto de partida da filosofia, capaz de fazer jus à vida fática (concreta e individual) e à historicidade (mundo vital e “significatividade”) do *Ser-ai*; examina o significado do fenômeno histórico e a crítica à maneira habitual de pensá-lo, como “algo que transcorre no tempo” ou “uma propriedade geral aplicável a todo objeto temporal”, e conclui que as vias de afirmação da vida contra o histórico caem no modo teórico e não expressam o histórico em seu caráter imediato. Portanto, preservar o caráter fenomenológico e intranquilizador da história significa respeitar a historicidade viva e a força vital e multidirecional do sentido fático do *Ser-ai*.

A seguir, apresentamos o texto *Progresso e não determinismo científicos, a partir de conceitos-chave da epistemologia de Thomas Kuhn*, de autoria de Marcello Ferreira, André Luís Silva da Silva e Maria de Fátima da Silva Verdeaux. Os autores buscam, na epistemologia de Thomas Kuhn, aportes teóricos sobre a forma como a ciência progride, os quais sugerem uma aproximação com aspectos históricos de uma ciência, por definição, não determinista. Discutem conceitos como *paradigma, incomensurabilidade, ciência normal, anomalias e crises, revolução científica e ciência extraordinária*, com base na obra *A estrutura das revoluções científicas*, em literatura correlata e fontes secundárias. As consequências desse encadeamento teórico levam, à luz da epistemologia de Kuhn, a fundamentos que permitem uma discussão sobre o caráter temporal, condicional, suscetível, incerto – e, portanto, não determinista – do conhecimento científico.

Em *Entre a conservação da memória e a possibilidade de novas fundações: o que permanece da tradição em Hannah Arendt?* Daiane Eccel averigua no que realmente consiste o ocaso da tradição do pensamento ocidental diagnosticada por Arendt. Em um segundo momento, investiga o papel da expressão cunhada

como “pensar sem corrimão” (*denken ohne Geländer*), que contribui para pensar uma espécie de “refundação” ou “renascimento” da tradição.

Fausto dos Santos Amaral Filho, em *As raízes filosóficas das questões que envolvem a revisão ética nas pesquisas científicas no Brasil*, procura identificar os possíveis fundamentos filosóficos que possam embasar a área biomédica, no sistema CEP/Conep, que justifiquem o seu domínio frente às questões relativas à revisão ética na pesquisa científica no Brasil. Para tanto, começa por expor o modo pelo qual se processa a referida ingerência e a sua inadequação ético-epistemológica. Na sequência, identifica, no surgimento da própria concepção de *episteme*, na Grécia antiga, as possíveis raízes desse imbrólio. Termina mostrando que é, a partir de uma apropriação duvidosa da filosofia de Descartes, que a área biomédica julga poder justificar o seu domínio frente às outras ciências, principalmente frente às Ciências Humanas e Sociais. Revela, assim, que os procedimentos universalizantes estabelecidos pelo sistema CEP/Conep, ao fim e ao cabo, não possuem fundamento algum, mas, apenas e tão somente, um desejo não justificado de poder.

O quinto texto é *Angústia e desespero como possibilidade de construção da existência humana a partir da filosofia de Sören Kierkegaard*. Seus autores, Luciano da Silva Façanha e Leonardo Silva Sousa analisam a experiência da angústia e do desespero, tomando como base a filosofia existencial de Sören Aabye Kierkegaard (1813-1855). Ao refletir sobre a angústia e o desespero, pretendem acentuar o caráter positivo de tais experiências. Através da angústia, o homem pode tomar conhecimento de que é um *ser-capaz-de*, e que, diante de diversas possibilidades, pode escolher, exercitando sua liberdade. No tocante ao desespero, o homem pode perceber os graus de inautenticidade de sua condição existencial. A partir desse dado, pode tomá-lo como ponto de partida para a construção de uma existência esclarecida e autêntica, realizando a síntese do finito e infinito, do temporal e do eterno, da possibilidade e necessidade.

Patrícia Ketzer, em *Refutação do conceito de confiança de Richard Foley*, apresenta os argumentos de Foley sobre autoconfiança (*self-trust*), bem como o argumento que deriva confiança (*trust*) nos outros de autoconfiança, e suas implicações. Para concluir, identifica alguns problemas decorrentes dessa proposta, apontando as lacunas da teoria para os estudos em Epistemologia do Testemunho e explicitando sua inviabilidade.

A seguir, apresentamos o texto *As crianças participam de corpo inteiro*, de Kátia Agostinho. A partir de uma pesquisa etnográfica, com crianças de 3 a 6 anos, sua empiria e bases teóricas, Agostinho sustenta que o corpo das crianças está na base de toda sua experiência social, mediador das relações, das práticas, dos discursos, das apropriações do Outro e do mundo. Tal ideia precisa ser considerada nas práticas pedagógicas, para que vençamos os fortes mecanismos de controle e dominação que instituem e orientam um ordenamento social

normativo do modelo ideal de *corpo disciplinado e obediente*, que marginaliza e exclui o corpo da criança ávido por descobrir e descobrir-se na sua relação “novidável” e embrionária com o mundo. As crianças, como *atores sociais de corpo inteiro*, têm na sua ação *incorporada* uma de suas formas de participar dos contextos coletivos de educação pela qual expressam seus pontos de vista. É imprescindível o desenvolvimento de abordagens adequadas às formas de comunicação das crianças, instaurando uma cultura de comunicação que comece a partir da posição da criança, a fim de que possamos construir práticas democráticas, estabelecidas no paradigma da escuta, mais especificamente da ausculta, implicadas na comunicação humana.

Alberto Paulo Neto, em *Democracia republicana e cidadania contestatória em Philip Pettit*, apresenta a filosofia política de Philip Pettit. Na construção historiográfica e normativa do significado do republicanismo, Pettit reafirma a centralidade da liberdade como não dominação. O republicanismo apregoa que a liberdade como não dominação é o princípio necessário para a avaliação de qualquer organização social e política. Esse princípio não se constitui como valor apriorístico da teoria política, porque as relações não dominadas são compreendidas em suas diferentes formas e contextos. No âmbito social, ela exigirá que as relações entre indivíduos sejam justas e não haja motivo para que se tenha medo ou deferência perante as diferenças econômicas ou sociais. A liberdade como não dominação poderá oferecer os recursos sociais necessários para que não se tenha as relações assimétricas de capacidade de influência e escolha na sociedade política. No âmbito político, a liberdade republicana será representada pela capacidade dos cidadãos de influenciarem e direcionarem as decisões dos representantes políticos. Por isso, Paulo Neto aborda os elementos políticos necessários para a contenção da dominação pública (*imperium*). No âmbito político-democrático, a oportunidade de participação política, a discussão das desvantagens sociais e políticas e as formas de contenção da dominação pública serão mecanismos para a diminuição da dominação pública. O exercício da contestação e o controle popular podem ser os mecanismos políticos para a saída da forma minimalista de compreender a ação política, como realização das preferências individuais (Schumpeter). Esse exercício político significa a possibilidade de realização do ideal de bem comum pelo procedimento discursivo de formação da opinião e da vontade política. O debate e a contestação se constituem como ambiente para o entendimento sobre as normas comuns. Nesse sentido, o modelo republicano de democracia prioriza o exercício dos direitos políticos básicos, como sendo a ferramenta para estabelecer a vontade política. A democracia republicana possibilita o compartilhamento dos direitos políticos entre os cidadãos e incentiva que eles exerçam o controle popular sobre as decisões governamentais.

Em *Da magia ao ciberespaço: a imagem como mediação das angústias primitivas*, Marsiel Pacífico e Luiz Roberto Gomes analisam fenômenos como o

*Youtube*, a *selfie* e o *Twitter*, entre outros, a fim de demonstrar, em sua forma e conteúdo, que a compulsão por tornar a própria vida privada em um espetáculo público nas redes sociais denota um contexto no qual existir passa pela mediação simbólica da autoemissão através de imagens, de modo a conjugar o ser à proporção do aparecer. Assim, estar fora das plataformas virtuais ganha o peso ontológico de não existir, pois o *cogito* de nosso tempo resume-se em *apareço logo existo*. De tal modo, contemporaneamente, com a evolução das novas tecnologias, o ciberespaço e suas plataformas estão muito presentes nas interações humanas e, neste contexto, a imagem ganha forças de protagonista. Desta maneira, concluem que, travestido pela roupagem tecnológica, o uso da imagem ainda guarda as mesmas intenções de suas expressões arcaicas: buscar a permanência do sujeito frente aos medos primitivos.

*A promoção do desenvolvimento humano de Amartya Sen a partir da releitura smithiana*, de Thaís Alves Costa e Evandro Barbosa é o nosso último texto. Nele, os autores avaliam em que medida a releitura que Amartya Sen faz do pensamento smithiano permitiria vislumbrar a economia internacional, como promotora do desenvolvimento humano. Com esse intuito, inicialmente, apresentam a releitura seniana da obra de Smith, focando em suas preocupações éticas, para em seguida apresentar o modelo de justiça pautado nas liberdades, como condição para o progresso humano em Sen.

Por fim, na seção Traduções, publicamos *As ciências e as humanidades* de Henri Poincaré, tradução sob a responsabilidade de Josemar de Campos Maciel e João Alberto Mendonça Silva.

Henri Poincaré é um cientista clássico, dos melhores que a França produziu entre o final do século XIX e o início do século XX. Mas o seu perfil tem algo de especial. Ele antecipa a história de Thomas S. Kuhn, de Ludwig Wittgenstein e de Michael Polanyi, que começaram a própria biografia por curiosidade, trabalhando no campo científico-tecnológico, e foram como que arrastados (*dragged*) para problemas filosóficos, ficando todos eles muito conhecidos na área da filosofia. Nesta conferência, Poincaré procura responder à pergunta acerca da *relação entre a cultura humanista e a tecnológica*. É interessante observar, a propósito, em primeiro lugar, que ele escreve isso quando a França se encontrava numa encruzilhada, qualificando-se para entrar na onda da industrialização que se anunciava, nos albores do século XX. Poincaré denuncia profeticamente e com muita cautela alguns perigos.

Boa leitura!

Os editores:  
Prof. Dr. Everaldo Cescon  
Prof. Dra. Nilda Stecanela  
Prof. Dr. Evaldo A. Kuiava